

CONFLITUALIDADE ENTRE O MOVIMENTO SOCIAL CAMPONÊS E MERCADOS NA AMÉRICA LATINA: DA VISÃO MONETÁRIA À VISÃO TERRITORIAL.

Adolfo OLIVEIRA NETO¹

RESUMO

Qual o significado que o termo “mercado” assume nas formulações dos movimentos sociais camponeses e quais as alternativas discutidas pelos sujeitos para se relacionar ou confrontar com este? Esta é a principal questão abordada por este artigo, destacando a multidimensionalidade de lutas e da dinâmica socioeconômica destes sujeitos na América Latina. Utilizamos como referência para as nossas análises os documentos de alguns dos maiores movimentos sociais do subcontinente, como os da Cúpula dos Povos de AbyaYala, os documentos da Via Campesina e do MST, sem o intuito de igualá-los ou compará-los. Os documentos são referentes as décadas de 2000 e 2010 e apresentam, além das relações dos movimentos com os mercados, algumas das suas bandeiras de lutas e marcas do pensamento político do período. O principal argumento defendido no texto é que o mercado para o campesinato, como espaço da circulação não apenas de produtos, é um elemento marcado pela diversidade socioeconômica e da produção territorial do campesinato.

Palavras-Chave: Mercado; Campesinato; Movimentos Sociais; América Latina; Dinâmicas Territoriais.

ABSTRACT

What is the meaning that the term "market" assumes in the formulations of the peasant social movements and what alternatives do the subjects discuss to relate to or confront it? This is the main issue addressed by this article, highlighting the multidimensionality of struggles and the socioeconomic dynamics of these subjects in Latin America. We use as reference for our analyzes the documents of some of the major social movements of the subcontinent, such as the AbyaYala Peoples' Summit, Via Campesina and MST documents, without the intention of equalizing or comparing them. The documents refer to the decades of 2000 and 2010 and present, besides the relations of the movements with the markets, some of their flags of struggles and marks of the political thought of the period. The main argument defended in the text is that the market for the peasantry, as a space of circulation not only of products, is an element marked by the socioeconomic diversity and the territorial production of the peasantry.

Key Words: Marketplace; Peasantry; Social Movements; Latin America; Territorial Dynamics.

¹ Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) da Universidade Federal do Pará. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). E-mail: adolfoneto@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A questão agrária na América Latina permanece sob forte tensão. Duas evidências que demarcam isto são, de um lado, o aumento dos conflitos que tem tomado novas formas e atingido novas dimensões e, por outro, a atualidade renovada da reforma agrária. Em levantamento recente sobre a primeira questão, Montenegro (2010) faz uma aproximação panorâmica sobre alguns dos elementos de conflito, destacando:

Conflitos pela concentração fundiária, conflitos pela demarcação de terras indígenas, conflitos pela preservação ambiental, conflitos pela extração devastadora de recursos naturais, conflito pela construção de megainfraestruturas, conflitos pela expansão do agrohidronegócio, conflito pelo controle da produção de alimentos, conflito pela manutenção das formas de vida tradicionais, conflitos pela expropriação, expulsão e exclusão dos camponeses, dos povos e comunidades tradicionais, conflito pela implementação de estratégias de desenvolvimento. (MONTENEGRO, 2010, p. 13)

Estas questões trazem à tona a complexidade da questão agrária na América Latina. Uma imersão no tema revela ainda a pluralidade de bandeiras de luta, de formas de ação, estratégias de organização e do próprio campesinato que assume formas múltiplas na região. Sobre a segunda questão, acreditamos que ainda que:

Pese as pressões de seus adversários, a reforma agrária voltou a ocupar recentemente uma posição central nos debates, nos processos sociais, nas atividades políticas e alguns programas governamentais, ao apresentar-se como uma oportunidade concreta dentro da estratégia de reprodução social para uma parte considerável de famílias camponesas e trabalhadores rurais do planeta (LEITE; ÁVILA, 2008, p. 303-304)

Esta vitalidade é o resultado das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais no continente, que continuam pressionando os governos para a realização da reforma agrária, que acreditamos que seja uma das bandeiras mais presente e mobilizadora do conjunto de políticas pautadas pelos movimentos camponeses, mesmo reconhecendo o crescimento de outras pautas.

Avança também as formas de organização, que seguem consolidando a sua articulação em rede em nível continental, cujas duas grandes referências podem ser encontradas no modelo de organização da Via Campesina e na Cúpula dos Povos e Nacionalidades Indígenas de AbyaYala.

A internacionalização das formas de organização e luta nos permitem perceber hoje as múltiplas escalas em que deve ser feito o enfrentamento, articulando povos e bandeiras como solidários aos enfrentamentos ao capital.

As formas de avanço do capitalismo no campo não escolhem sujeitos nem Estados. Elas avançam a procura de realizar seus objetivos e considera como resíduo todas as determinantes sociais e naturais, tentando subordiná-las ou eliminá-las. A denúncia a este processo está presente na ação de diversos movimentos analisados neste texto, no entanto, acreditamos que uma das denúncias mais explícita é feita na Cúpula de AbyaYala em 2007 quando as diversas organizações de cerca de 22 países ratificam que:

Vivemos séculos de colonização e hoje a imposição de políticas neoliberais, chamadas de globalização, que continuam despojando e saqueando nossos territórios, apoderando-se de todos os espaços e meios de vida dos povos indígenas, causando a degradação da Mãe Natureza, a pobreza e a migração, pela sistemática intervenção na soberania dos povos pelas empresas transnacionais, em cumplicidade com os governos. (III Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de AbyaYala - “Da resistência ao poder”, 2007, p. 01).

No entanto, em diversos encontros posteriores as organizações do campo novamente são chamadas a questionar a permanência deste processo de acumulação despótica do capital, que usa de todas as armas possíveis para controlar os recursos naturais e se apropriar da mais valia. Um exemplo é a denúncia feita em 2013 no Encontro de Povos da Meso-América. Nele os movimentos presentes destacam que:

Atualmente vivemos sob um modelo econômico e político baseado na expropriação e extração acelerada dos nossos bens comuns, como minerais, água, florestas, petróleo, ar, gás, carvão, conhecimento, através de expropriação e mercantilização dos nossos territórios ancestrais. (Encuentro de Pueblos de Mesoamérica, 2013, p. 01)

Isto acirra as contradições no campo na América Latina e reaviva a questão agrária. Na mesma medida em que avançam as iniciativas dos grandes conglomerados ligados aos agrohidronegócio, formulam-se estratégias de enfrentamento e resistência.

Percebemos que o capitalismo continua produzindo dentro do seu movimento incessante em busca de se reproduzir, as contradições capazes de formular linhas políticas e propostas de ação que buscam a sua superação. O campesinato continua existindo como elemento contraditório no sistema. Como nos lembra Oliveira (1986, p.

29) “O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições”.

A conflitualidade passa a ser então um elemento intrínseco ao capitalismo e, por sua vez, a resistência camponesa e à sua relação com o mercado. Conflitualidade inerente porque é justamente no mercado que está um dos elementos mais brutais de subordinação ao capitalismo, ao passo que é nele que os camponeses estabelecem as relações de troca necessárias para a sua manutenção.

Além do uso de relações não capitalistas, as novas formas de avanço do capitalismo busca articular no campo diversos sistemas que se desenvolviam separadamente. Hoje, em sua nova forma, o capitalismo no campo, que avança, sobretudo na forma do agrohidronegócio, articula sistemas agrícolas, comerciais, industriais, financeiros, ideológicos, científicos e políticos, impondo ao espaço agrário novas dinâmicas à questão agrária novos contornos.

Este processo já era assinalado no final da década de 1990 por Oliveira (1986) ao perceber que:

Esta etapa, por sua vez, apresenta traços típicos como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Este processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política do campo. (OLIVEIRA, 1986, p. 05)

Diante da nova faceta desenvolvida pelo capitalismo no campo, os movimentos camponeses também vêm buscando reconstruir suas estratégias. Entre os novos elementos estão novas formas de organização, fortalecimento das ações em rede, inclusão de novas pautas políticas e internacionalização das ações.

Neste trabalho buscamos fazer um levantamento de alguns dos principais elementos que estão relacionados à questão agrária na América Latina. Partimos da análise de algumas das declarações políticas, cartas finais e manifestos dos encontros camponeses mais expressivos ocorridos na última década na América Latina, mesmo considerando que estes documentos são a expressão da síntese possível dos movimentos nestes encontros e que eles, como síntese, não revelam toda a pluralidade de ideias

presentes nos debates, acreditamos que eles possuem os contornos gerais das questões presentes na agenda política dos movimentos e das mobilizações.

2. PRINCIPAIS TEMAS NA LUTA CAMPONESA

A questão agrária na América Latina segue grave e complexa. Tão diversa como as formas de manifestação do campesinato na região são as formas de avanço do capitalismo no campo e as pautas políticas defendidas pelos movimentos sociais na última década.

Em grande parte dos documentos podemos perceber que as formas de desestruturação dos territórios camponeses denunciadas se estruturam de maneira multiescalar, tentando se impor às dinâmicas locais. Outra característica é que elas são levadas a cabo por um conjunto grande de sistemas e quase nunca são o resultado apenas de avanço do sistema agrícola. Unindo sistemas financeiro, comercial, industrial, agrícola, mercantil, científico, ideológico e apoiado em fortes sistemas de representação política, ela se apresenta na sua forma mais estruturada, como agro-hidro-minero-negócio, e força a reestruturação dos territórios.

A multiescalaridade destas ações busca reestruturar o espaço regional Latino Americano a partir de planos, programas e acordos multilaterais firmado entre os Estados-Nação sob influência das empresas transnacionais, organismos internacionais e países centrais. Recentemente movimentos sociais com ação em seis países da América Latina reunidos no Encontro dos Povos da Mesoamérica denunciaram esta situação declarando que:

Para su implementación los gobiernos han firmado una serie de convenios multilaterales, tal es el caso del Plan Mérida, el Tratado Traspacífico, Proyecto Mesoamericano, el Tratado de Libre Comercio de América del Norte entre otros, que se traducen en reformas estructurales, agrarias, energéticas, laborales, educativas, hacendarias, de seguridad e impartición de justicia con el respaldo del poder político, militar y financiero representado por las empresas, el estado y las instituciones financieras multilaterales. En este sentido, los gobiernos al optar por el capitalismo depredador, o asociarse con las empresas internacionales, se convierten en enemigos de nuestros pueblos. (ENCUENTRO DE PUEBLOS DE MESOAMERICA, 2013, p. 01)

O agro-hidro-minero-negócio pressiona os estados nacionais para que tenham uma atenção diferenciada. É esta atenção, que se manifesta como crédito, leis, infraestrutura, apoio científico e tecnológico, que permite com que estes grupos tenham

lucros cada vez maiores e diminuem exponencialmente os riscos ligados às suas atividades.

Esta denuncia também é feita por diversos intelectuais que analisando a questão agrária na América Latina encontram neste ponto um dos importantes nós que deva ser desatado. Um exemplo é a crítica feita por Fernandes, Welch e Gonçalves que afirmam que:

Essas empresas controlam as políticas públicas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e definindo as tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p.17)

Entre os movimentos sociais a principal bandeira de luta para garantir o território citada nos documentos é, sem dúvida, a reforma agrária. A exceção faz-se em alguns poucos documentos ligados à apenas um grupo de sujeitos, como pescadores, indígenas, atingidos por barragens ou mineiros. Em encontros unitários do campesinato ou nos encontros continentais é presente a bandeira da reforma agrária como elemento estrutural da luta política pela resistência e/ou avanço dos territórios camponeses.

Um exemplo interessante que podemos encontrar na Declaração Política da Cúpula Agrária Camponesa, Étnica e Popular, em 2014. Nele o encontro declara que:

La reforma agraria integral sigue siendo para nosotros la solución estructural para los problemas de acceso a la tierra, formalización de la propiedad y desarrollo rural, con inversión social y políticas públicas.
En este propósito es preciso detener el modelo extractivista que concentra la propiedad de la tierra, la entrega a empresas multinacionales, acaba con la economía campesina y destruye la vida (DECLARACIÓN POLÍTICA CUMBRE AGRARIA CAMPESINA, ÉTNICA Y POPULAR, 2014, p. 02).

O modelo de reforma agrária defendido está ligado, de um lado, à defesa do desenvolvimento territorial rural e, de outro lado, à soberania alimentar. No que tange ao primeiro, resalta que a redistribuição de terras deva ser associada à políticas estruturais de apoio à produção, transporte, comercialização, política de crédito, apoio científico e garantia dos direitos sociais fundamentais nos territórios camponeses. A articulação destes elementos que garantem o desenvolvimento territorial rural.

No que tange à soberania alimentar, em diversos documentos os movimentos defendem o controle popular sobre a decisão de *que* e de *como* produzir, questionando o papel desempenhado pelas multinacionais dos alimentos que tentam controlar a

agricultura definindo desde o que se produzir, a partir de um mercado internacional, até como se produzir, com suas próprias sementes, insumos e processos produtivos que tira a soberania dos povos sobre os alimentos e aprisionam os agricultores ao modelo agrícola defendido por elas.

Vem ganhando espaço nos documentos a defesa de uma articulação popular que preserve as sementes nativas, conhecidas como crioulas. O caráter cultural e a adaptação as condições locais são elementos presentes na defesa destas sementes, vista como uma possibilidade de diminuir o poder das multinacionais dos alimentos sobre o campesinato. Estratégias como bancos e mercados de sementes são as mais citadas. Exemplo pode ser encontrado no documento final do I Encontro Nacional do Semiárido Brasileiro, onde os movimentos sintetizam que:

As sementes são bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Nesse sentido, não podem ser confundidas como um mero insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas. Reafirmamos e lutamos pelo direito dos agricultores e agricultoras plantarem, produzirem, colherem, selecionarem, beneficiarem, trocarem e comercializarem suas sementes. (IENSB, 2009, p. 01)

Além destes elementos comuns ao campesinato em quase toda América Latina, ainda há questões nacionais sérias que enfrentam os movimentos. Um dos exemplos é a tensa negociação em torno da paz na Amazônia Colombiana. Em países como Bolívia e equador, com forte movimento indígena, temos a luta pela construção dos estados plurinacionais como reconhecimento oficial da vida das nações indígenas.

Ainda na Bolívia, a luta desencadeada em 2000 que explodiu na cidade de Cochabamba e que resultou na revogação da lei que abria a possibilidade para a privatização da água em todo o país, contrapondo-se, inclusive, ao Banco Mundial que condicionava a renovação de empréstimos na ordem de \$ 25 milhões de dólares ao país à privatização dos serviços de abastecimento.

No México, reacende a luta do movimento camponês pela revogação do *North American Free Trade Agreement* – NAFTA – (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), assinado pelo presidente Felipe Calderón em 1992, trazendo grandes prejuízos para a economia nacional e não combatendo a política protecionista da agricultura norte-americana, que agrava a situação de pobreza do campesinato nacional.

Mas recentemente avança no Paraguai a luta contra a estrangeirização de terras e o papel desenvolvido pelo agronegócio a partir da figura do “brasiguai” que avançam sobre as terras camponesas para a produção de commodities.

Já em escala continental temos as lutas camponesas contra as megaobras de infraestrutura. Estas obras estão ligadas à construção de hidrelétricas, portos, estradas e a mineração, que são levadas a diante pelos estados nacionais e uma grande soma de capital internacional, desrespeitando as dinâmicas locais e considerando os territórios camponeses e a natureza como resíduos que devam ser eliminados em nome do desenvolvimento.

3. MULTIDIMENSIONALIDADE E DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DO CAPONESINATO NA AMÉRICA LATINA.

Os documentos analisados, ao lado das denúncias e pautas do movimento, apresentam a visão que estes sujeitos têm do seu território. Neles elementos espaciais, temporais, culturais, econômicos e políticos se entrecruzam tecendo o território camponês. Daí o entendimento de que uma das suas características básicas é a multidimensionalidade.

Outra característica é a dimensão popular do território camponês. Popular no sentido de buscar democratizar as riquezas produzidas e colocar a serviço da humanidade todo o resultado da ação humana, como destaca o MST (2003) ao sintetizar que:

A terra e os bens da natureza são, acima de tudo, um patrimônio dos povos que habitam cada território, e que deve estar a serviço do desenvolvimento da humanidade. É necessário democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura a todos que querem dela viver e nela trabalhar. (MST, 2013, p. 150).

Este elemento é importante para demarcarmos a diferença entre o território camponês e o do agronegócio. Em ambos os casos acreditamos que a análise da composição orgânica do capital produzido por estes territórios passam pela terra, insumos, relações de trabalho, mais valia absoluta e relativa, renda capitalizada da terra e cambio.

No entanto, a o agro-hidro-minero-negócio reduz todo o território a uma única dimensão e especializando produtivamente o território intensifica todos os processos produtivos para acelerar o processo produtivo, degradando a terra, o sujeito e a natureza.

No campesinato não temos a especialização produtiva e o território é o reflexo da vida camponesa, em sua totalidade, dando-se em processo com os demais sujeitos. Justamente porque o território camponês não tem como única finalidade a geração do lucro, associado a outras atividades como a produção para o autoconsumo e a pluriatividade, a economia camponesa possui características diferentes da economia do agro-hidro-minero-negócio. Uma visão importante da questão é apresentada por Vergés (2011). Para o autor:

Vista em seu conjunto, a economia camponesa vende produtos, mas para garantir a sua reprodução sente-se obrigada também a vender o excedente da força de trabalho que não pode absorver. Em todos esses intercâmbios, o campesinato se vê submetido a uma transferência de valor. Ao englobar a venda de mão de obra dentro dos intercâmbios assimétricos praticados pelo camponês, torna-se evidente que não apenas a produção mercantil camponesa transfere seu excedente, mas também que uma importância igual à mais-valia contida na produção para o autoconsumo aparece no ciclo do capital quando este se incorpora a força de trabalho parcialmente autossustentável. (VERGÉS, 2011, p. 09),

Sobre esta questão, devemos ainda considerar três questões. A primeira é a diferença entre a produção simples de mercadoria e a produção mercantil capitalista. O primeiro tem grande presença nos territórios camponeses enquanto que o segundo é, geralmente, a marca principal dos territórios do agro-hidro-minero-negócio.

Em segundo lugar, a diferença entre a renda da terra e a renda capitalizada da terra. Quando avaliamos o campesinato a renda da terra é sempre o elemento principal. A renda capitalizada, que por incremento de capital amplia exponencialmente a renda da terra, não está acessível ao campesinato principalmente pela dificuldade de acesso à assistência técnica, insumo e maquinário agrícola.

Nas mercadorias produzidas sob a égide capitalista, os preços pagos consideram o custo mais o lucro médio, o que não ocorre nas mercadorias camponesas que, em geral, tem como componente do valor apenas o primeiro elemento. No processo de circulação das mercadorias produzidas pelo campesinato, quando esta circulação e consumo passam a ser monopolizados pela lógica capitalista, há uma transferência de valor do camponês para o capitalista, o que implica no processo de exploração que só pode ser entendido no seu conjunto. É a acumulação primitiva do capital servindo de

base e convivendo espaço-temporalmente com a acumulação ampliada do capital, cabendo ao sujeito mais fraco o primeiro e é neste sentido que concordamos com Oliveira (1986, p. 11) quando afirma que “o próprio capital cria e recria relações não capitalistas de produção” e complementamos desde que o capital tenha o controle do processo e/ou ele lhe gere lucro.

Ainda tratando da relação entre produção capitalista e não-capitalista, Oliveira mostra como o capital se articula complexamente com a produção camponesa com a finalidade de maximizar seus lucros. Para ele, “a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência o processo de *reprodução ampliada* do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1986, p. 12).

Acreditamos ser correta esta interpretação, visto que há um complexo sistema que faz com que o campesinato se articule de maneira subalterna ao processo geral de circulação ampliada do capital.

Outra chave importante para a análise deste processo que dialoga com a apresentada por Oliveira nos é dada por Vergés (2011) quando identifica que o processo de exploração do campesinato só pode ser entendido no complexo processo em que ele está envolvido. Para o autor, “o processo camponês de produção, em um sentido imediato, não contém em seu interior a chave da exploração do trabalho camponês. Esta somente pode ser descoberta quando a produção camponesa é localizada no contexto da reprodução social do capital” (VERGÉS, 2011, p. 13).

O território camponês não se define pela quantidade mercadorias produzidas, mas pela dinâmica que se institui, dinâmica de trabalho coletivo e de coexistência, onde memória, tempo, temporalidade, espaço, natureza, política, religião, lazer, educação e arte, entre outros, se articulam formando a trama de relações que dá sentido.

É neste sentido que os territórios camponeses, mesmo sendo roubado deles a renda da terra, muitas vezes com a tutela do próprio Estado, os camponeses resistem, tentando fugir das redes monopolistas de produção e comercialização dos alimentos e do capital financeiro. No entanto, a relação com o mercado continua sendo um tabu para grande parte dos movimentos sociais na América Latina, pelo menos no que expressam em seus documentos.

4. MERCADOS CAMPONESES NA AMÉRICA LATINA

O mercado, entendido como “livre mercado capitalista” não é capaz de atender aos interesses do campesinato. Muito pelo contrário. Sua natureza desigual e as tentativas de maximização dos lucros presentes em suas relações reforçam as desigualdades e aprofundam a concentração de riquezas e de terras.

Sobre esta questão é fonte importante de consulta o trabalho de Carter; Zimmerman (2001) que analisando a América Latina mostram a partir de modelos econômicos que se deixados aos ditames do mercado, os problemas da questão agrária tendem a um aprofundamento, aumentando principalmente a concentração de terras.

Acreditamos que o mercado capitalista não é livre e as disputas não se dão sobre a mesma base para todos os agentes. O próprio Estado atua no sentido de privilegiar determinados grupos econômicos para que estes realizem seus interesses. Corroboramos com a visão de Fernandes ao afirmar que:

O poder do agronegócio aparece como se fosse construído a partir do mercado, do “livre comércio”. Enquanto de fato o mercado é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. Portanto, o mercado não está começo, mas nos resultados das políticas. Com esse poder de controle social, o mercado é o paraíso do agronegócio e o purgatório da agricultura familiar. (FERNANDES, 2013, p. 141).

Neste sentido, a luta pela reforma agrária é uma luta pela tentativa de elevar as ações do Estado em apoio à agricultura camponesa a patamares ao menos próximos do apoio despendido ao agronegócio.

Soma-se a isto o fato da complexidade da questão agrária na região exigir que, para que a reforma agrária alcance seus objetivos, o processo de distribuição de terras seja acompanhado de políticas que interfiram em toda cadeia econômica camponesa, desde o processo de produção, passando pela circulação, troca e consumo. Vários estudos sinalizam nesta direção e exemplificamos com Leite; Ávila (2008, p. 307) que defendem que:

É conveniente observar também que o simples aumento das somas destinadas não é uma condição suficiente para a redução da pobreza no meio rural, pois é necessário que os beneficiários acessem a estes recursos mediante a posse de ativos como a terra e mediante políticas macroeconômicas favoráveis.

Esta perspectiva também é assumida pelos movimentos sociais camponeses. No caso deles, há uma tentativa de construção de uma articulação mais profunda entre os mercados e a dinâmica dos territórios camponeses, subordinando o primeiro ao segundo.

Em diversos encontros, congressos, documentos e declarações, os movimentos sociais da América Latina expõem esta questão. Tomaremos como referência a declaração política do IV Congresso da Coordenadoria Latinoamericana das Organizações do Campo, que possui atuação na maioria dos países da região. Nela, os movimentos signatários apontam para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que supere a visão da natureza como recurso e a ética menor do mercado capitalista que mercantiliza todas as formas de vida e relação.

Tal congresso afirma que é necessário “construir una alternativa política al modelo, desarrollando una perspectiva campesina de un futuro justo, igualitario y sin ninguna forma de discriminación” (IV CCLOC, 2005, p. 01).

Esta questão também é defendida por outros movimentos. Outro exemplo pode ser encontrado na declaração política da IV Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de AbyaYala por Estados Plurinacionais e Bem Viver. Nela, os delegados oriundos de 22 países afirmam a necessidade de “Defender a soberania alimentar, priorizando os cultivos nativos, o consumo interno e as economias comunitárias. Mandato para que nossas organizações aprofundem nossas estratégias de Bem Viver e as exercitem a partir de nossos governos comunitários” (IV Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de AbyaYala por Estados Plurinacionais e Bem Viver, 2009, p. 01).

Em relação às dificuldades para a comercialização dos produtos, um elemento importante destacado por grandes partes dos movimentos é a necessidade de políticas públicas que garantam a compra dos produtos oriundos da agricultura camponesa. Ao lado deste elemento, outras questões se articulam, como a necessidade de crédito agrícola, política de preços mínimos e assistência técnica, entre outros. Um dos exemplos desta questão é dado pela Via Campesina (2013, p. 146-147) ao defender que:

Prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno; preços rentáveis aos pequenos agricultores; estabelecimento de uma nova política de crédito rural; que a política de pesquisa a partir das necessidades dos camponeses e da produção de alimentos; adequação da legislação sanitária da

produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos.

Esta visão ganhou espaço na pauta política de diversos movimentos sociais na América Latina. Movimentos sociais de diversas filiações assumem esta bandeira e afirmam a necessidade de uma política ampla de proteção das formas de produzir camponesa para que estes produtos acessem o mercado de forma diferenciada. Outro exemplo pode ser encontrado nas declarações do MST, quando afirma, por exemplo, que:

Tal programa deverá prever apoio, a fundo perdido, de pequenas estruturas de transporte, de armazenamento e de infraestrutura aos pontos de vendas dos assentados e à articulação regional da produção dos assentados, apoio à realização de feiras livres em nível local-regional (treinamento, intercâmbio de experiências, aquisição de equipamentos, divulgação). (MST, 2012, p. 194)

Esta questão também é apresentada por autores que avaliam a questão agrária na América Latina. Um exemplo pode ser encontrado em Fernandes (2013, p. 56) ao afirmar que:

Os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado, para a produção de diversas culturas para os mercados locais, regionais e nacional e para exportação. Enfatizando novamente, cada território precisa produzir políticas de acordo com sua lógica, seu modo de produção. As políticas dos territórios camponeses não podem, portanto ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio.

No entanto, grande parte das políticas de reforma agrária na região não levam em consideração a complexidade da questão agrária e se limitam apenas na primeira etapa, que é o processo de redistribuição de terras, não se prolongando em outras políticas estruturais que permitam uma relação mais autônoma do campesinato com os mercados.

A luta dos movimentos sociais pela consolidação dos territórios camponeses com um projeto de economia popular e solidária e a defesa da soberania alimentar ainda encontra barreiras na maioria dos Estados da América Latina para se efetivarem.

A reforma agrária vem se alongando em outras lutas na América Latina. Os movimentos sociais vêm debatendo a necessidade de se ampliar as políticas no sentido de garantir não apenas o acesso à terra, mas condições dignas de vida, políticas ligadas à

produção e, mais recentemente, políticas que permitam acesso aos produtos camponeses a “novos” mercados.

Estes mercados são o reforço da circulação e troca em espaços populares, como as feiras livres, e a tentativa de articulação de redes econômicas solidárias. Além da luta pela consolidação destes espaços, o acesso às demandas institucionais de alimentos permite um novo campo de comercialização para os produtos camponeses.

Nesta maneira, a discussão sobre mercados vêm ganhando novos contornos e buscando fortalecer iniciativas que vinculem os parâmetros de construção do território camponês aos mercados populares e solidários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E MERCADOS NA AMÉRICA LATINA: DA VISÃO MONETÁRIA À VISÃO TERRITORIAL

Em geral, os documentos analisados apontam para dois blocos de considerações relacionadas aos mercados. O primeiro é a denúncia dos impactos nos territórios camponeses das ações de atores hegemônicos, como o agrohidronegócio, as mineradoras, os organismos internacionais (BM, FMI, BIRD, BNDES, OMC) e as multinacionais dos alimentos, entre outros, que buscam reproduzir seus interesses atendendo demandas de mercado.

Esta denúncia pode ser observada, por exemplo, quando a Via Campesina, analisando a questão agrária no Brasil, afirma que:

O atual modelo agrícola adotado no Brasil pelas forças do capital e das grandes empresas é prejudicial aos interesses do povo brasileiro. Ele transforma tudo em mercadoria: alimentos, bens da natureza (água, terra, biodiversidade, sementes etc.) e se organiza com o único objetivo do aumento do lucro das grandes empresas, das corporações transnacionais e dos bancos, que controlam a produção, os insumos, os preços e o mercado. (VIA CAMPESINA BRASIL, 2013, p. 141)

Outro exemplo pode ser encontrado na declaração final do V Congresso da Coordenadoria Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) que declara que:

Agricultura, água, comida e os nossos bens naturais são objetivo central do capital financeiro hoje. Através de grandes investimentos aceleraram a concentração da produção, transformação e comercialização agrícola e aprofundou a dependência de agrotóxicos e outros insumos industriais. (V CONGRESSO DE LA CLOC, 2010, p. 03)

O segundo bloco aponta ao local e à política relacionada a comercialização dos produtos camponeses. Esta é a segunda formulação relacionada ao mercado que, em geral, é pouco desenvolvida nos documentos analisados. Eles apontam a centralidade do processo produtivo camponês e sua vinculação com o território entendido na sua multidimensionalidade (que se contrapõe a dimensão puramente econômica do território do agronegócio), em sua multiescalaridade e como espaço relacional, sendo a produção é sempre determinada pelas formas de vida e pelo respeito do tempo da natureza.

Nos documentos, os movimentos sociais analisados também tentam condicionar o processo de circulação e troca aos mesmos valores. Um dos exemplos pode ser encontrado na declaração final do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, onde os movimentos signatários reafirmam:

A centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado as realidades; assistência técnica baseada nos princípios agroecológicos; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação, especialmente da juventude; incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização” (ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS, 2012, p. 03).

A circulação e troca são tratadas pelo MST (2013) no projeto de reforma agrária popular apresentada no seu V Congresso a partir de diversos elementos, como: a) proximidade entre os locais de produção e locais de troca; b) prioridade a espaços como feiras livres; c) fomento a relações de troca solidárias não capitalistas; d) políticas de garantia de preço mínimo ao produtor; e) vendas ao Estado para garantir produtos de melhor qualidade para a sociedade e renda para o agricultor; f) seguro rural; g) políticas de armazenagem adequada dos produtos; h) construção de um “Selo” que registre os produtos camponeses e; i) industrialização local e cooperada da produção, entre outros.

Este amplo legue mostra que o movimento vem avançando no sentido de construir propostas que busquem alterar os parâmetros pelos quais os produtos camponeses são comercializados, articulando ações em rede para novos parâmetros de comparação entre os produtos camponeses e os derivados do agrohídronegócio, além de pressionar o Estado para construir políticas que possibilitem proteger a produção camponesa das distorções presentes no mercado capitalista.

Acreditamos que as propostas levantadas pelos movimentos sociais indicam uma mudança de parâmetro regulador do mercado. Em geral, nos moldes capitalistas, o mercado é dominado por relações monetárias que, na forma atual, assume a forma mais desmaterializada e perversa que já podemos observar.

A necessidade de se estabelecerem trocas para sobreviver faz com que os camponeses busquem o mercado para vender seus produtos. No entanto, acreditamos que eles buscam produzir outros mercados para seus produtos, mesmo que isto ainda não tenha se tornado hegemônico.

Há a constante defesa de fortalecimento da economia camponesa, com os territórios e com a soberania alimentar. Para não sermos exaustivos, fiquemos com a Declaración Política Cumbre Agraria Campesina, Étnica y Popular (2014, p. 02) que afirma que “um modelo econômico que garanta a sobrevivência do povo por meio do fortalecimento da cultura camponesa, indígenas, afrodescendentes e setores populares. Autonomia territorial é um fator determinante na construção de uma política econômica e produção de alimentos soberano”.

O conceito de território e de desenvolvimento territorial são tentativas de buscar uma interpretação do desenvolvimento que incorpore a conflitualidade e supere a visão unidimensional que reduz o desenvolvimento à uma dimensão econômica, o que parece ganhar força entre os movimentos sociais na América Latina. O território como totalidade, se constituindo em uma síntese contraditória e complexa e que, por isso, deve ser entendido em sua diversidade (multiterritorialidades), multidimensionalidade e multiescalaridade (FERNANDES 2009).

REFERÊNCIAS

CARTA POLÍTICA DO VIII ENCONTRO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Trajetórias de luta, resistência e conquistas para a superação da pobreza e construção da cidadania no Semiárido. JANUÁRIO, MG, 2012

Declaración Política Cumbre Agraria Campesina, Étnica y Popular, 2014. Disponível em: <http://noalamina.org/latinoamerica/colombia/item/12397-declaracion-politica-cumbre-agraria-campesina-etnica-y-popular?tmpl=component&print=1>

DECLARATORIA: Encuentro de Pueblos de Mesoamérica: Si a la Vida, No a la Minería. Capulálpam de Méndez, Oaxaca, México. 19 de enero de 2013.

ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS, BRASÍLIA, DF, 2012

FERNANDES, B; WELCH, C; GONÇALVES, E. *Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias*. São Paulo: CULTURA ACADÊMICA: UNESCO, 2014.

I ENCONTRO NACIONAL DE SEMENTES DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. CARTA POLÍTICA, CAMPINA GRANDE-PB, 2009.

III Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de AbyaYala - “Da resistência ao poder”, Iximche’, Guatemala, 2007.

IV Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de AbyaYala por Estados Plurinacionais e Bem Viver, Mama QutaTitikaka, 2009.

LEITE, S; ÁVILA, R. El sentido de la reforma agrária en los procesos de desarrollo: por una crítica a los límites de la visión económico-reduccionista y al modelo de modernización agrícola. In: FERNANDES, B. (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2008. (p. 303-323)

MONTENEGRO, J. Conflitos Pela Terra e Pelo Território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, M; SANTOS, R. *Geografia agrária: território e desenvolvimento*. São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2010 (p. 13-34)

MST. Proposta de reforma agrária do MST – 1995. In: STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. (p. 187-210)

MST. Proposta de reforma agrária popular do MST. In: STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. V. 08. (p.149-165).

OLIVEIRA, A. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: ÁTICA, 1986.

VERGÉS, A. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. São Paulo: CULTURA ACADÊMICA; CATEDRA UNESCO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2011.

VIA CAMPESINA BRASIL. Plataforma política para a agricultura brasileira. In: STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. V. 08. (p. 141-148).

Trabalho enviado em: 28/07/2018

Trabalho aceito em: 20/06/2019